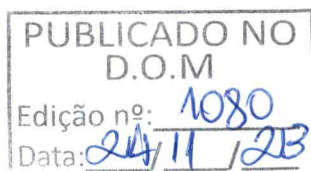




Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 7.079, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023



“INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS NA ÁREA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, MEDIANTE OS RECURSOS ORIUNDOS DA LEI PAULO GUSTAVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DANILO BARBOSA MACHADO, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no artigo 86, incisos II e VIII da Lei Orgânica do Município de Cajamar; e

Considerando a descentralização de recursos pela União oriundos da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo, e já incluído no Orçamento Geral do Município nos termos da Lei nº 2.010, de 17 de outubro de 2023;

Considerando a necessidade do acompanhamento e fiscalização das ações a serem executadas na área Cultural, mediante os recursos destinados ao Município pela UNIÃO;

Considerando que os direitos culturais são direitos fundamentais protegidos pelo artigo 125 da Constituição Federal de 1988 e direitos humanos internacionalmente reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece, em seu artigo 27, que todo ser humano tem o direito de participar da vida cultural da comunidade e de fruir das artes;

Considerando a necessidade da instituição de uma Comissão Especial para o acompanhamento e fiscalização das ações a serem executadas na área Cultural, em âmbito Municipal; e

Considerando os documentos que instruem o Processo Administrativo nº 13.616/2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída *Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização* das ações a serem executadas na área Cultural do Município de Cajamar, mediante os recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022).

Parágrafo único. Para fins deste decreto a Comissão será identificada como “Comissão Especial Lei Paulo Gustavo”.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 7.079/2023- fls. 02

Art. 2º A Comissão Especial Lei Paulo Gustavo, terá as seguintes atribuições:

I – acompanhar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II – participar das discussões referentes à operacionalização, no âmbito do Município de Cajamar, para a distribuição dos recursos na forma prevista nos artigos 6º e 8º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022.

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas pela Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022;

IV - fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

V - acompanhar a elaboração dos relatórios e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de Cajamar;

VI – acompanhar e fiscalizar a prestação de contas dos recursos recebidos junto ao Governo Federal.

Art. 3º A Comissão Especial Lei Paulo Gustavo acompanhará e fiscalizará os editais, relativos aos investimentos nos seguintes campos:

I – no setor audiovisual: nos termos dos incisos I a IV do art. 6º da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022;

II – no setor cultural: nos termos dos incisos I a III do § 1º do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022;

Art. 4º Ficam designados como membros da Comissão Especial Lei Paulo Gustavo, os seguintes servidores públicos:

I – ALEX FABIANO DA SILVA ROCHA – RE 10.152
Departamento de Apoio Administrativo da Cultura

II – MADALENA SOUSA CASIMIRO – RE 14.432
Departamento de Apoio Administrativo da Cultura

III – SANDRA GENTIL AMARAL LUZ – RE 13.014
Departamento de Apoio Administrativo da Cultura

IV – RODRIGO LUCA DE MELO – RE 8786
Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

V – LILIAN DEL PILAR ZAMBRANO – RE 9957
Secretaria Municipal de Justiça



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 7.079/2023- fls. 03

§ 1º A Comissão Especial Lei Paulo Gustavo, na primeira reunião de sua instalação designará, dentre os seus membros, o presidente e o secretário.

§ 2º Todas as reuniões e deliberações da Comissão Especial Lei Paulo Gustavo, deverão ser registradas em Ata.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura, por meio de seu Departamento de Apoio Administrativo da Cultura dará o suporte necessário as atividades da Comissão Especial Lei Paulo Gustavo, principalmente, providenciando local para as reuniões presenciais ou remotas, caso necessário, mantendo os arquivos documentais de todo o processo, inclusive, ofícios, Atas, relatórios, dentre outros.

Art. 6º O mandato da Comissão Especial Lei Paulo Gustavo expirará quando da efetiva prestação de contas dos recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, oriundos do Governo Federal.

Art. 7º A função de membro da Comissão Especial Lei Paulo Gustavo é considerada de relevante serviço público e não será remunerada a qualquer título.

Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Cajamar, 24 de novembro de 2023.

DANILO BARBOSA MACHADO
Prefeito Municipal

FABIANO LIMA RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Cultura

Publicado no Diário Oficial do Município e arquivado em pasta própria, no local de costume.

LUCIANA MARIA COELHO DE JESUS STELLA
Secretaria Municipal de Governo